

Pensar a identidade atonal da modernidade: breve fantasia a quatro mãos

Rita Ribeiro*

Resumo : Porque há conceitos acerca dos quais não é possível reflectir linearmente, este texto pretende ser uma metáfora acerca da noção de identidade em tempos (pós-) modernos. Com inspiração em Calvino, Hofstadter, Escher e Bach, e sustentação em Bauman, Sennet, Kaufmann e Lipovetsky, a identidade é abordada como hipertexto que conecta as escolhas dúcteis do indivíduo moderno.

Palavras-chave: identidade atonal, (pós-)modernidade, *strange loop*.

Quando viajamos para uma cidade que nos é estranha, acontecem duas coisas: percebemos agudamente a fronteira entre o eu e o ambiente – o que estimula os sentidos e nos faz captar cada nota de beleza e de inaudito – e dilui-se o sentido de aprumo que deixámos com a máscara de casa. Dito de outro modo, o que somos e como nos vemos, o que fazemos e como nos apresentamos aos outros, depende, nessa circunstância de exílio temporário, de uma redefinição ligeira do que é a identidade pessoal de cada um, mas, precisamente porque somos um estranho entre estranhos, sentimos-lhe os efeitos de modo mais flagrante. A viagem, a transição, a estranheza, o intermitente são figuras que com raridade vemos associadas ao conceito de identidade nos intensos debates teóricos que a sua opacidade tem propiciado; parece-me que há vantagem em tomá-las como guias numa reflexão sobre o tema, mesmo se breve, incipiente e sem veleidades de chegar a lado algum. O gozo está na viagem, porventura o traço mais determinante da modernidade, porque é mudança, abertura, risco, irradiação, fusão.

O que quer que haja ainda a dizer sobre o conceito de identidade nas sociedades (pós-) modernas deve poder ser pensado também do lado da sua obliquidade e ductili-

* Instituto de Ciências Sociais. Universidade do Minho. (rmgr@ics.uminho.pt)

dade, e não apenas da profusão e do enquistamento que se lhe vem colando. Fustigado pelos riscos de reificação, o conceito resiste tanto melhor ao exame sociológico quanto mais nele se procurarem as posições movediças, os fragmentos, as contradições e sobreposições – quanto mais se tomar a identidade como relação prática e estratégica, para usar o legado de Pierre Bourdieu, e se atender tanto ao movimento de desconstrução quanto ao de construção que lhe são inerentes. A identidade pode ser vista como uma segurança ontológica e como um custo de oportunidade. Desejavelmente, tanto a confirmação do que se é, quanto a penalização pelo que não se pode (também) ser, devem fazer parte da equação sobre o tema. Mais importante ainda é que o olhar sociológico não cerceie o que a realidade produz: a capacidade de indivíduos e grupos para fazerem das limitações vantagens e para redefinirem e ampliarem escolhas, num desígnio estratégico que permite ir além do que as balizas económicas, políticas e culturais autorizam.

Importa, também, atenuar a rigidez conceptual com que se distingue a identidade pessoal das identidades colectivas. Não será necessário retomar os debates entre objectivismo e subjectivismo para dar conta de como a teoria social procura hoje evitar as posições extremas e encontra na sua articulação os conceitos mais profícuos. Não se quer com isto negar as duas dimensões em que pode decompor-se a identidade, mas apenas sublinhar que dissociar analiticamente o individual do colectivo é uma operação que arrisca elidir o que há de mais fulcral na noção de identidade – o fio invisível que une e separa o eu do nós e o nós do eles. Ou seja, usamos o conceito porque ele nos permite gerir o território ambíguo das pertenças e das margens, das inclusões e exclusões, do familiar e do estrangeiro.

1. Se na viagem de uma vida uma identidade

Pode uma vida conter-se numa identidade? Pode um livro conter-se numa frase? “Estás a começar a ler o novo romance *Se numa noite de Inverno um viajante* de Italo Calvino” é a frase seminal do romance *Se numa noite de Inverno um viajante* de Italo Calvino, um livro sobre começar a ler romances e sobre viajar para começar e nunca acabar de ler romances de autores que são muitos e são um só. Neste livro, publicado em 1979, Calvino coloca o leitor em viagem pelo labirinto da criação literária, ao incluir dez inícios de romances que nunca passam das primeiras dezenas de páginas, ao mesmo tempo que coloca as personagens Leitor e Leitora em busca obstinada pela continuação da leitura dos textos interrompidos dos romances, que além de ligados entre si, por serem derivações sucessivas, entram de rompante na realidade das personagens, envolvendo-as em aventuras romanescas, nos vários sentidos que a palavra pode ter. Leitor e Leitora acabam apaixonados e casados, mas a paixão de ambos está sobretudo nos livros que têm de ler, que não podem deixar de ler, mesmo se nunca terminados. Curiosamente, a busca pela continuação do romance interrompido leva sempre a novo romance e logo os Leitores deixam de preocupar-se com o primeiro e passam a dedicar-se obsessivamente à novidade que é, como diz Salman Rushdie (1994: 297), “o livro que agora quer[em]

ler”. O resultado é um texto em espiral, que retalha repetidamente a linearidade clássica do romance e se transforma num hipertexto.

Em *Se numa noite de Inverno um viajante*, a literatura é trazida em jeito auto-referencial ao romance como personagem. Num *puzzle* engenhoso, Italo Calvino faz do livro uma constelação de textos que têm vida própria ao mesmo tempo que só existem em relação mútua, no quadro de uma metanarrativa adjectivada pela intertextualidade e pela subversão da fronteira entre realidade e ficção, autor e leitor, verdade e representação. Romances e personagens confundem-se, personagens trocam de identidade à medida que se vestem e despem, e percebemos que estamos tanto diante de um livro como de um jogo. Nada do que lemos é sólido e a sensação mental que a leitura produz é em tudo semelhante à vertigem sentida quando olhamos os desenhos de escadas impossíveis ou de transições metamórficas de M. C. Escher. Nada começa ou acaba verdadeiramente.

Se um leitor é feito dos textos que lê, este é um leitor estilhaçado pelas palavras que, nunca encontrando o desenlace germinam em novas e inéditas formas. O Leitor de Calvino é o *fac simile* do ser pós-moderno.

2. O jogo da macaca: quem não salta, não vence

Em tempo algum o indivíduo foi feito de uma peça só, mas a modernidade e as suas dimensões mais recentes permitiram a formação de estruturas sociais orientadas para a autonomização de campos específicos interdependentes e para a produção de indivíduos tendencialmente autodeterminados (Giddens, 1992, 1994; Touraine, 1994, 2001). Solto das amarras das grandes classificações colectivas da modernidade, o indivíduo é, desde a segunda metade do século XX, interpelado para que se invente como ser, para que modele e apure cada tijolo com que edifica a sua identidade pessoal e seja a própria Penélope que faz e refaz a teia lassa das suas identificações. A este processo não é alheia a *objectização* da identidade, como revela admiravelmente o texto publicitário citado por Jean Baudrillard (1991: 87) em *A Sociedade de Consumo*, em 1968.

Ter *encontrado* a própria personalidade e saber afirmá-la é descobrir o prazer da *autenticidade* pessoal. Muitas vezes, *basta bem pouco*. Busquei durante longo tempo e apercebi-me de que um pequeno tom claro nos cabelos era o bastante para criar a perfeita harmonia com a cor do rosto e com os olhos. A cor loira encontrei-a na gama do *shampoo* corante *Récital...* Com o dourado de *Récital*, de matiz muito natural, não mudei: *mais do que nunca sou eu mesma*.

Imerso num ambiente social feito de contradições, transformações e transições, o indivíduo é hoje receptivo a aceitar-se como peça solta que vai encaixando em vários lugares e conjuntos. Não quer isto dizer que não se sinta fortemente vinculado em cada momento, nem que lhe escape o sentido de unidade que transporta consigo. Acontece que as identificações tendem a ser escorregadias – e é muito fácil pôr um pouco de cor

no cabelo para *ser eu mais do que nunca*. Ou seja, a identidade é-nos colocada como uma escolha que fazemos, “mas uma escolha necessária. (...) O paradoxo da escolha e da necessidade: só aceitamos ser o que julgamos poder escolher, sendo que é um imperativo que 1. façamos uma escolha e 2. façamos *essa* escolha, porque não quereríamos ser outra coisa” (Ribeiro, 2008: 20). Estamos perante a *geração espontânea do sujeito*, o indivíduo que se engendra a si mesmo, não porque exista no vácuo social, mas porque deve estar sempre pronto a fazer *reset*. O processo de subjectivação nas sociedades modernas e contemporâneas é uma injunção de liberdade.

O recomeço é o mito fundador da modernidade reflexiva. Também é a garantia indispensável da formação económico-social capitalista, que depende da percepção constante da obsolescência e descartabilidade dos objectos para se manter como sistema de produção-consumo-destruição. Não por acaso, o sujeito trazido à luz pela sociedade economicamente capitalista e ideologicamente moderna é aquele que compõe a sua identidade pessoal através dos objectos, materiais e imateriais, de que se rodeia, expondo um estilo de vida (um estilo de consumo) orientado para a emissão de mensagens acerca do que é e quer ser. A voracidade da renovação e da metamorfose permanentes, a estruturação pênsl do tempo orientada para o presente-futuro, a ansiedade pela viagem têm transformado o homem (pós-)moderno num socionauta, essa figura irrequieta da insatisfação e busca persistentes, do niilismo melancólico, do consumo insaciável de coisas, pessoas, informação, experiências.

O indivíduo pós-moderno vai deixando as suas peles sucessivas e vai fazendo crescer novas à medida que sente que habita um espaço-tempo desregulado e vacilante. A adaptação torna-se um traço permanente e não uma pausa para aclimação a novos ambientes. Neste cenário, desenvolvem-se identidades camaleónicas que mimetizam as paisagens sucessivas por onde desliza o indivíduo espelhado que se dissolve no caleidoscópio para sobreviver. É, como diz Richard Sennett (2001: 157), o “eu em fluxo”. Tanto as relações pessoais como as relações laborais e institucionais tendem a ser moldadas pela itinerância e pela desconexão. No novo capitalismo de que fala Sennett, as vidas são espremidas no torno da flexibilidade, do curto prazo e do desprendimento. O homem que daí resta está extenuado por ter de reinventar-se incessantemente, como quem nunca pode repetir a roupa que usa. Deixa a roupa e deixa a pele. Mas há mais, sempre mais, disponíveis e com um pouco de cor no cabelo a roda-viva recomeça. Zygmunt Bauman (2004: 12) chama-lhe a vingança do nomadismo.

O trabalho, âncora da vida moderna, é hoje tão incerto e flutuante que é cada vez menor o número daqueles que podem encontrar nele a segurança ontológica que lhe foi devida. Seja pela insegurança no emprego, seja pela sua própria organização quotidiana, o mundo do trabalho é marcado pela instabilidade, pela ambiguidade, pelo sofrimento. Mais do que demonstrar capacidade, força ou inteligência, ao trabalhador pede-se que dê provas diárias de agilidade, que encene a dramaturgia da flexibilidade. A própria racionalidade económica parece perante o imperativo para que nada se faça como sempre se fez, para que *tudo o que é sólido se dissolva no ar*. Quando as relações interpessoais são cilindradas, quando as relações hierárquicas devem mais à ambigui-

dade do que à autoridade legítima, quando as equipas de trabalho têm de equilibrar-se entre a unidade e a competição, sobra

um eu adaptável, uma colagem de fragmentos incessante na sua transformação, sempre aberto à experiência nova – são estas as condições psicológicas adequadas às experiências de trabalho de curto prazo, às instituições flexíveis e à constante assunção de risco. (Sennett, 2001: 204)

A disciplina herdada do fordismo é hoje transformada nas liturgias ritualizadas em volta das ladainhas da “cultura da empresa”, dos “objectivos” e “*performances*”, das sessões com gurus da gestão, das camisolas-uniforme que são o hábito que faz a equipa, do mito da comunicação, das fatigantes viagens em grupo que são o prémio pelo sacrifício medonho de um ano inteiro. A tal ponto o trabalho se torna ilegível para o trabalhador que Richard Sennett (2001: 66) sugere que “a rotina pode aviltar mas também pode proteger; a rotina pode decompor o trabalho, mas também pode compor a vida”. Até quando saltaremos penosamente sem nunca vencermos?

3. O indivíduo vai às compras: as intermitências da vida

Deslaçado o vínculo identitário com o trabalho que a modernidade tinha urdido, o indivíduo concentra-se e esgota-se agora na condição de consumidor permanente, envolvido, na maior parte do seu tempo, em acções que envolvem, directa ou indirectamente, o consumo mediado pelo dinheiro e pelo crédito. O capitalismo leve, na designação de Zygmunt Bauman (2004), parece plenamente sustentado pelo consumo. A produção, deixámos de vê-la, desterritorializada (e não apenas deslocalizada) e desmaterializada que foi. A produção – árdua, rotineira, pesada e robusta – deu lugar à centralidade social do consumo material e imaterial. A roda do capitalismo é mais-que-perfeita: muito produzir para muito consumir para muito deitar fora para muito produzir.

O destino do consumidor é ditado pela tirania do desejo: querer agora, querer muito a seguir e não querer nada depois. A manipulação da efemeridade dos desejos torna-se na chave do poder que é exercido sobre o sujeito da (pós-)modernidade. Para isso, foi necessário fazer dele um devorador omnívoro (Bauman, 2004 e 2007) que já não adquire em função de posições estatutárias, mas pela compulsão e, sobretudo, pelo modo como mobiliza o que consome (roupa, alimentos, *gadgets*, bens culturais, viagens, redes sociais, etc.) para a identidade caleidoscópica que constrói. A quem pode e quer ser muitas coisas (quase) tudo serve, pelo que não há espaços de compra mais adequados que o hipermercado, o centro comercial e a loja chinesa – preferencialmente todos no mesmo dia. Sendo os estilos de vida um dos maiores investimentos da sociedade contemporânea, é fácil percebermos como a identidade pessoal está cravada dos objectos que orbitam as nossas vidas. Perante a lógica trituradora dos consumos fátuos, poderemos escapar à injunção para as identidades transitórias, intermitentes, efémeras? Poderíamos, talvez, se as estruturas sociais não revelassem tão marcada orientação para a ambivalência e

para o “politeísmo dos valores” (Rabot, 2004). Bauman (2004: 81-82) sugere mesmo que o consumo compulsivo é uma fuga da agonia da insegurança, é uma promessa de certeza. Lipovetsky descreve o hiperconsumidor como errático e nómada (2010: 73), em constante *zapping*, que se vê em total dependência e debilidade subjectiva perante a multiplicação das escolhas e que “no caso dos mais angustiados e menos seguros de si, chegam a já não poder comer, correr, falar ou vestir-se sem a orientação dum treinador que lhes segure na mão para lhes dizer o que é preciso fazer” (2010: 74).

Entre a autonomia para tudo ser e a impotência para ser solidamente qualquer coisa, o consumidor (pós-)moderno é em si um objecto de poder inestimável. O caçador omnívoro é insaciável por mais que se empanurre, continua feio por mais que se acrescente próteses, é tanto mais stressado quanto mais vai ao *spa*, a sua solidão é proporcional ao volume de relacionamentos. Não há identidade sem sentido – o indivíduo (pós-)moderno vai às compras e traz os sacos vazios. Jean-Claude Kaufmann (2005: 251-252) é elucidativo a este respeito:

Demasiadas questões, demasiado controlo da sua pobre vida, dão, por vezes, ao indivíduo a impressão de que ele só é bom a correr atrás do impossível. [...] Porque o mais forte da fadiga não vem do exterior mas dele próprio, do mais profundo da pequena fábrica íntima de inventar o si mesmo. [...] Face à agitação exterior e interior, ao *stress* do activismo, às interrogações cada vez mais numerosas providas de cada vez menos respostas, às colocações de si mesmo em imagens cada vez mais fantasiosas e mais inventivas, é-lhe necessário um segundo tempo de vida bastante mais calmo e tranquilizador.

Ele encontra-o em envoltimentos [...] em que se agrupa e em que toda a fadiga de si mesmo parece subitamente esquecida, por um instante. Envoltimentos em que ele não é senão um estar-lá. [...] Envoltimentos que não devem ser nem demasiado duráveis nem demasiado constrangentes. Nem demasiado efémeros, nem tão-pouco diáfanos. Estreitando fortemente, sem aprisionar, nem cegar demasiado tempo. Doces de viver sem questionar. Intenso e fáceis, simultaneamente. Mil instrumentos diversos podem ser utilizados para construir a sabedoria desse bem-estar momentâneo [...]. Uma festa banhada de música, uma súbita emoção estética, um banho quente perfumado, um mergulho no universo de um romance. Mas o ideal é que eles consigam desaparecer como instrumentos: a sabedoria harmónica mais pura é duma plenitude vazia.

4. Os laços estranhos: entrançar pontas soltas

A reflexão acerca do conceito de identidade na (pós-)modernidade debate-se com o facto de ela ser apresentada como narrativa de continuidade quando é, de facto, um objecto descontínuo, soluçado, iterativo, traduzível graficamente na forma do arabesco. Metaforicamente, pode dizer-se que a identidade é uma ilusão de óptica ou um jogo de luz e sombra – o que vemos, onde nos situamos, é condicionado pela perspectiva, pelo momento e pelos agentes. O que tomamos por certo, íntegro e sólido pode revelar-se mais trémulo e dúctil do que nos permitimos pensar. Isto não significa que o sujeito perca o sentido de unidade, nem que fique liberto das ligações produzidas pelas pertencen-

ças; significa, antes, que as redes através das quais se desloca são teias lansas e transitórias que o vão amparando sem o prenderem. Continuando no domínio da metáfora, pode dizer-se que a identidade resulta de ser-se capaz de costurar um *patchwork* feito de pontas soltas. Quando estamos a entrançá-las, fazemos um *strange loop*.

A ideia de *strange loop* foi avançada por Douglas Hofstadter, em 1979, na obra *Gödel, Escher, Bach: An eternal golden braid*. A obra é, em si, um *puzzle* soberbo acerca da noção de consciência, de paradoxo lógico, recheada que está de efeitos literários que reverberam o imaginário fantástico de Lewis Carroll. Sem querer sequer aflorar a riqueza das suas oito centenas de páginas, muito menos aventurar-me em algum dos caminhos que abre na filosofia, na matemática, nas neurociências e nos estudos da inteligência artificial, permito-me tomar de empréstimo esta ideia inspirada dos laços estranhos e usá-la para pensar a noção de identidade.

Quando falamos em identidade, é incontornável considerar-se que todas as formas, ínfimas ou amplas, que assuma são tributárias da erecção de fronteiras que demarcam o limite entre quem é ou está dentro e quem nunca ou dificilmente cruzará esse umbral. O mesmo é dizer que a identidade é auto- e heteroconsciência de pertença: onde nos vemos e onde nos vêem os outros, com quem estamos, quem recusamos e quem nos recusa. Independentemente de a análise crítica demonstrar que as identidades são construções discursivas, permeáveis e compostas, pelo que o *limes* identitário move-se no espaço-tempo social, o que está aqui em questão é o facto de as definições identitárias serem eminentemente circulares e labirínticas, na medida em que o ser social se compõe de laços múltiplos que, por sua vez, enlaçam outras redes de relações num processo potencialmente infundável. Daqui resultam pontas soltas: o que fomos e deixámos de ser, o que queremos ser mas ainda não somos, o que aspiramos a ser mas nunca seremos, o que somos mas só parcial e frouxamente. O que fazemos é entrançá-las num padrão com sentido onde condensamos a unidade pessoal que mobilizamos estrategicamente em contextos de grande volatilidade e tensão.

O sentido identitário pode ser, assim, entendido como um sistema auto-referencial, que se constrói por iteração com o mundo, numa espiral de relações conexas que formam, para usar a descrição feita por Douglas R. Hofstadter (2000: xxii) das voltas estranhas, “padrões especiais, enrolados, retorcidos e rodopiantes”. Mas, ao construir-se como unidade, desdobra-se e ao desdobrar-se faz-se unidade. E aí está *a solidez da identidade que se dissolve no ar*: a vertigem da volta estranha que nos surpreende a cada rotação, que torna impossível cada ancoragem. A identidade é também sobre a verdade do sujeito e a sua representação, como o são os paradoxos visuais de M. C. Escher, a famosa tela de René Magritte que representa um cachimbo e o nega com a frase pintada *Ceci n’est pas une pipe*, a peça de John Cage 4’33”, quatro minutos e trinta e três segundos de sucessivos silêncios musicais, ou alguns cânones e fugas de J. S. Bach.

No mesmo ano em que Italo Calvino publicava *Se numa noite de Inverno um Viajante*, Douglas Hofstadter escrevia em *Gödel, Escher, Bach: Laços eternos* (2000: 727):

Há três autores – Z, T e E. Ora acontece que Z existe apenas num romance da autoria de T. Do mesmo modo, T existe apenas num romance da autoria de E. E, estranhamente, E também existe apenas num romance... da autoria de Z, evidentemente. Ora este “triângulo de autoria” será realmente possível?

Claro que é possível. Mas há um truque... os três autores, Z, T e E, são, eles próprios, personagens de outro romance – da autoria de H! O leitor pode conceber o triângulo Z-T-E como uma volta estranha, ou uma hierarquia entrelaçada, mas o autor H está fora do espaço em que o entrelaçado corre – o autor H é um espaço inviolável. Embora Z, T e E tenham acesso uns aos outros e possam fazer muitas diabruras entre si nos seus vários romances, nenhum deles pode tocar a vida de H! Não podem sequer imaginá-lo – tanto quanto o leitor não pode imaginar o autor de um livro do qual o *leitor* é personagem.

Calvino fez um romance com o Leitor como personagem. Estas duas magníficas obras estão entrelaçadas sem o saberem. O mais estranho dos *strange loops* que atravessam o conceito (pós-)moderno de identidade é o facto de ela ser o entrelaçamento complexo e desnivelado das várias peças atonais de que se compõe o sujeito – mas que faz uma trança suficientemente sólida para segurar a sua vida.

Referências bibliográficas

- Baudrillard, J. (1991) *A Sociedade de Consumo*, Lisboa: Edições 70.
- Bauman, Z. (2004) *Modern Liquidity*, Cambridge: Polity Press.
- Bauman, Z. (2007) “Cultura: aventuras líquidas-modernas de uma ideia”. *Configurações – Revista de Sociologia*, n.º 3: 11-22.
- Calvino, I. (1985) *Se numa Noite de Inverno um Viajante*, Lisboa: Vega.
- Giddens, A. (1992) *As Consequências da Modernidade*, Oeiras: Celta Editora.
- Giddens, A. (1994) *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras: Celta Editora.
- Hofstadter, D. R. (2000) *Gödel, Escher e Bach: Laços eternos*, Lisboa: Gradiva.
- Kaufmann, J.-C. (2005) *A Invenção de Si. Uma teoria da identidade*, Lisboa: Instituto Piaget.
- Lipovetsky, G. (2010) *A Cultura-Mundo. Resposta a uma sociedade desorientada*, Lisboa: Edições 70.
- Rabot, J.-M. (2004) *Polythéisme des valeurs et postmodernité*, Braga: Universidade do Minho.
- Ribeiro, R. (2008) *A Europa na Identidade Nacional*, Braga: Universidade do Minho.
- Rushdie, S. (1994) *Pátrias Imaginárias. Ensaios e textos críticos 1981-1991*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Sennett, R. (2001) *A Corrosão do Carácter. As consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*, Lisboa: Terramar.
- Touraine, A. (1994) *Crítica da Modernidade*, Lisboa: Instituto Piaget.
- Touraine, A. (2001) *A Procura de Si: Diálogos sobre o sujeito*, Lisboa: Instituto Piaget.